

Eco Brasil Florestas S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

Eco Brasil Florestas S.A.

Araguaína – TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco Brasil Florestas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco Brasil Florestas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, chamamos à atenção para o fato que as receitas de venda de produtos são substancialmente realizadas entre a Eco Brasil Florestas S.A. e o cliente Suzano Papel e Celulose S.A.. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

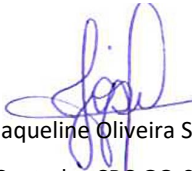
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília - DF, 28 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Jaqueline Oliveira Silva

Contador CRC GO-021960/O-7

Eco Brasil Florestas S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		23	305	Fornecedores		182	198
Aplicações financeiras	6	10.087	22.829	Empréstimos e financiamentos	11	-	42.050
Contas a receber de clientes		-	10	Adiantamento de clientes		800	430
Estoques	7	329	249	Salários e encargos sociais		823	639
Adiantamentos a fornecedores		13	12	Impostos a recolher		46	229
Outros ativos		114	104				
Total do ativo circulante		10.566	23.509	Total do passivo circulante		1.851	43.546
Impostos a recuperar	8	9.585	9.403	Provisão para demandas judiciais	12	3	3
Total do realizável a longo prazo		9.585	9.403	Total do passivo não circulante		3	3
Ativo biológico	9	11.623	9.205	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	189.045	189.406	Capital social	13.a	387.534	344.034
Intangível		6	17	Ajuste de avaliação patrimonial	13.e	(4.579)	(4.579)
		200.674	198.628	Prejuízos acumulados		(163.984)	(151.464)
Total do ativo não circulante		210.259	208.031	Total do patrimônio líquido		218.971	187.991
Total do ativo		220.825	231.540	Total do passivo e patrimônio líquido		220.825	231.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Brasil Florestas S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	14	-	28.461
Custo dos produtos vendidos	15	-	(31.230)
Perda com valor justo de ativos biológicos	9	(4.918)	(5.180)
Lucro bruto		(4.918)	(7.949)
Despesas gerais e administrativas	16	(9.642)	(6.920)
Outras receitas operacionais	17	2.257	2.192
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e dos impostos		(12.303)	(12.677)
Receitas financeiras	18	1.886	1.506
Despesas financeiras	18	(2.103)	(2.698)
Despesas financeiras líquidas	18	(217)	(1.192)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.520)	(13.869)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	19	-	-
Resultado do exercício		(12.520)	(13.869)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Brasil Florestas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	<u>(12.520)</u>	<u>(13.869)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(12.520)</u></u>	<u><u>(13.869)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Brasil Florestas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		<u>344.034</u>	<u>(4.579)</u>	<u>(137.595)</u>	<u>201.860</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.869)</u>	<u>(13.869)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>344.034</u>	<u>(4.579)</u>	<u>(151.464)</u>	<u>187.991</u>
Aumento de capital	13.a	43.500	-	-	43.500
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.520)</u>	<u>(12.520)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u><u>387.534</u></u>	<u><u>(4.579)</u></u>	<u><u>(163.984)</u></u>	<u><u>218.971</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Brasil Florestas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(12.520)	(13.869)
<i>Ajustes para:</i>			
Depreciação	10	548	597
Amortização		11	18
Baixa do ativo imobilizado	10	13	36
Provisão para contingências	12	-	(332)
Valor justo dos ativos biológicos	9	4.918	5.180
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	1.641	2.340
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		10	16.449
Estoques		(80)	31.246
Adiantamento a fornecedores		(1)	47
Impostos a recuperar		(182)	1.395
Outros ativos		(10)	62
Fornecedores		(16)	120
Salários e encargos sociais		184	80
Impostos a recolher		(183)	(1)
Adiantamento de clientes		370	430
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(5.297)	43.798
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	11	(4.045)	(14.604)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(9.342)	29.194
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira		12.742	3.034
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(200)	(369)
Gastos incorridos com ativos biológicos		(7.336)	(8.433)
Fluxo de caixa provenientes das (utilizado nas) atividades de investimento		5.206	(5.768)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento do capital social		43.500	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(39.646)	(23.173)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		3.854	(23.173)
(Redução líquida) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(282)	253
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		305	52
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		23	305
Aumento líquido (Redução líquida) em caixa e equivalentes de caixa		(282)	253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Eco Brasil Florestas S.A. ("Companhia"), constituída em 2007, é uma sociedade de capital fechado com sede na rua dos Maçons, nº 80, Setor Central, Araguaína, Estado do Tocantins, que até o final de 2022 tinha por objeto social atividades relacionadas a reflorestamento, administração e execução de projetos florestais por conta própria e/ou de terceiros, além do comércio de florestas e árvores em pé e da industrialização, comércio e exportação de madeiras. Em 27 de dezembro de 2022 teve alteração do seu controle acionário e, conseqüentemente, foi adicionado em seu objeto social as atividades de compra e venda de imóveis próprios e alugueis de imóveis próprios, iniciando suas novas atividades operacionais somente no ano de 2023.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2023.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas na Nota Explicativa nº 9 - Valor justo dos ativos biológicos.

5 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

5.1 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(v) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos, passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos está incluída na seguinte nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco

insignificante de mudança de valor.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas na obtenção dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo ou do financiamento uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado por serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

5.2 Reconhecimento de receita

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Esta norma estabelece critérios que visa identificar se contabilização da receita foram satisfeitos e correspondem aos seguintes aspectos:

- 1- Identificar o contrato com o cliente;
- 2- Identificar as obrigações de desempenho estabelecido no contrato;
- 3- Determinar o preço da transação;
- 4- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- 5- Reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho.

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performances forem concluídas.

A operação preponderante da Companhia é o plantio, o cultivo, o corte e a venda de eucalipto para companhias no mercado nacional que atuam na indústria de papel e celulose.

A Companhia mensura sua receita com base na contraprestação especificada nos contratos com cliente. O reconhecimento da receita ocorre no momento em que a Companhia conclui as performances sobre o produto ao cliente. Geralmente a performance é concluída e a receita concluída no momento em que o eucalipto é colhido pelo cliente em sua propriedade, sendo que nesse momento as faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais.

5.3 Ativos biológicos

As florestas em formação, representadas por plantações de eucaliptos em fazendas próprias e mantidas para futura venda, são qualificadas como ativos biológicos e são mensuradas pelo seu valor justo, conforme o estágio de crescimento das florestas, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento inicial dos ativos e na data das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Ganho (perda) com valor justo de ativos biológicos". O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontado. O modelo de fluxo de caixa descontado considera a receita da colheita (calculada pela multiplicação do volume estimado do eucalipto pelo preço futuro na data prevista da colheita) e os custos de produção estimados (fertilizantes, agroquímicos, mão de obra agrícola e outros). As principais premissas e considerações utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão descritas na nota explicativa nº 9.

As terras em que as florestas estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A Companhia não considera os ativos biológicos como um bem qualificável para fins de capitalização de juros sobre financiamento.

5.4 Estoques

Os estoques compostos por defensivos agrícolas, corretivos de solo e fertilizantes são avaliados pelo custo médio de aquisição e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

5.5 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

c. Depreciação

As terras rurais não são depreciadas. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, cujas taxas estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais", na demonstração do resultado.

5.6 Intangível

a. Licença de uso de software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

b. Licenças para operação

Custos incorridos com emissão do relatório ambiental Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto de Meio Ambiente (EIA-RIMA), serão amortizados pelo período de sete anos, quando será obtido o benefício pleno dessas licenças ambientais.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor cujo valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente — Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Não foram identificados indicadores de *impairment* nos exercícios apresentados.

5.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

5.8 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que apresenta os seguintes conceitos:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Empresa possui total controle do processo de realização financeira do ativo ou quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes - São contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Empresa, considerando a natureza das ações, a existência de processos anteriores, o posicionamento dos tribunais e a complexidade da causa, sempre que a perda for avaliada como provável, que os valores possam ser mensurados com suficiente segurança e que haja a perspectiva de uma provável saída de recurso. Para as perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados, devendo ser divulgados em nota explicativa. As perdas consideradas como remotas não são registradas nem divulgadas.

5.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5.10 Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25).
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

6 Aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Banco Itaú S.A. (i)	5.077	18.668
Banco da Amazônia S.A. (ii)	5.010	4.161
Total do circulante	<u>10.087</u>	<u>22.829</u>

- (i) Referem-se a investimentos de renda fixa remuneradas pela variação de 100% Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido de juros entre 0,9% e 2,0% ao ano (2021 - entre 0,9 e 2,0% ao ano). São recursos que serão utilizados para suprir as necessidades financeiras da empresa no período superior a 90 dias.
- (ii) Referem-se a investimentos de renda fixa remuneradas pela variação de 100% Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São recursos que serão utilizados para suprir as necessidades financeiras da empresa no período superior a 90 dias.

O rendimento de aplicações financeiras contabilizadas em receita financeira correspondeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a R\$ 1.880 (R\$ 1.041 em 31 de dezembro de 2021).

7 Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Insumos agrícolas (i)	329	249
	<u>329</u>	<u>249</u>

- (i) Estão representados substancialmente por insumos agrícolas (fertilizantes e defensivos agrícolas, formicidas, dentre outros) para utilização na manutenção e tratamentos das florestas.

8 Impostos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar	298	296
Provisão para perdas com a realização de ICMS a recuperar (i)	(179)	(179)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (ii)	7.356	7.356
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (ii)	1.597	1.597
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras a recuperar	494	258
Outros	19	75
	<u>9.585</u>	<u>9.403</u>

- (i) Estudos da Administração indicaram que, presentemente, a utilização dos créditos de ICMS é considerada incerta, razão pela qual vem mantendo provisão para perdas para praticamente a totalidade dos créditos.

- (ii) Esse montante refere-se a créditos não cumulativos de PIS e Cofins incidentes sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao imobilizado e na aquisição de insumos e prestação de serviços utilizados na produção, os quais são realizáveis mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e com processos de pedidos de ressarcimento à Receita Federal. Até 31 de dezembro de 2022 o valor recebido com os pedidos de ressarcimento foi de R\$ 2.532 (R\$ 2.532 em 2021).

9 Ativo biológico

Compreende o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para futura comercialização a terceiros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía 1.825 hectares de florestas plantadas. Esta área desconsidera as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento a legislação ambiental brasileira.

A movimentação do valor justo no exercício é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
No início do exercício	9.205	5.952
Gastos de plantio e tratos incorridos no exercício (a)	7.336	8.433
Variação do valor justo (b)	<u>(4.918)</u>	<u>(5.180)</u>
No final do exercício	<u>11.623</u>	<u>9.205</u>

- (a) Gastos com plantio e tratos incorridos referem-se a mão de obra, insumos, serviços de terceiros e demais gastos incorridos para manutenção e manejo do ativo biológico.
- (b) Com base no CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", a Companhia mensura seus ativos biológicos a valor justo, desde o momento do plantio, pelo método de fluxo de caixa descontado, a uma taxa de desconto de 9,0% ao ano (2021 - 9,0% ao ano), após os efeitos tributários.

As principais premissas utilizadas na elaboração do fluxo de caixa descontado são as seguintes:

a. Entradas de caixa

As entradas de caixa são estimadas da seguinte forma:

- Volumes de produtividade projetados das florestas definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado Incremento Médio Anual (IMA), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é em torno de sete anos.
- Os preços utilizados para valorização dos volumes estimados, conforme definido anteriormente, são denominados em reais/metro cúbico e são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas.

b. Saídas de caixa

As saídas de caixa são definidas da seguinte forma:

- Custos com implantação, manutenção e tratos das florestas a partir do primeiro ano de vida, representados principalmente por gastos com maquinário, mão de obra, insumos, estrutura de combate a incêndio e outros gastos necessários para garantir que a transformação biológica ocorra até o ano de corte, os quais são estimados com base nos custos históricos e planos de negócio da Companhia.

- Os custos de capital referente as terras, em decorrência de tratarem-se de ativos contribuintes para o plantio e manutenção das florestas, os quais são estimados com base em pesquisa de preço de mercado de arrendamento de terras na região onde as florestas estão localizadas.

Os custos incorridos com a formação do ativo biológico até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 23.967 (R\$ 16.632 em 2021).

Adicionalmente, há uma exposição a riscos relacionados às alterações climáticas, que podem afetar o equilíbrio dos ecossistemas e consequentemente a produtividade dos plantios.

10 Imobilizado

	Terras rurais	Infraestrutura, projetos e outros	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilizado total
Em 1º de janeiro de 2021	181.242	6.377	847	757	432	15	189.670
Aquisição	-	-	184	113	65	7	369
Baixa	-	-	-	(36)	-	-	(36)
Depreciação	-	(52)	(120)	(230)	(177)	(18)	(597)
Em 31 de dezembro de 2021	181.242	6.325	911	604	320	4	189.406
Aquisição	-	-	84	14	94	8	200
Baixa	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Depreciação	-	(52)	(109)	(212)	(174)	(1)	(548)
Em 31 de dezembro de 2022	181.242	6.273	886	406	227	11	189.045
Taxas anuais de depreciação - %		4	10	10	20	20	

Do total de depreciação de 2022, R\$ 460 (R\$ 477 em 2021) foi contabilizado na formação do custo das florestas e R\$ 88 (R\$ 120 em 2021) foi registrado em despesas administrativas.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

11 Empréstimos e financiamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
FNO Biodiversidade (i)	-	42.050
Total dos empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>42.050</u>

- (i) O Fundo Constitucional para Financiamento do Norte (FNO Biodiversidade), é uma modalidade de financiamento cujos investimentos, classificados em inversões fixas e semifixas, são efetuados em conexão com o plantio de eucalipto. Inversões fixas são os investimentos efetuados em conexão com a implantação da cultura do eucalipto, tais como aquisição de insumos, manutenção de insumos e serviços (subsolagem com aplicação de gesso, catação manual, construção de talhões etc.), e inversões semifixas são investimentos na aquisição de bens tangíveis e intangíveis, tais como máquinas, caminhões, aquisição e implantação de software de gestão corporativo, etc. A linha oferece taxa de juros subsidiadas, com carência de juros e principal de 83 meses para inversões fixas e de 47 meses para inversões semifixas. O respectivo contrato possui ainda bônus de adimplência, no qual, sobre os encargos financeiros, será concedido bônus de 15% (quinze por cento), sobre a taxa de juros para cada parcela da dívida, desde que a prestação (principal e/ou encargos financeiros) seja paga integralmente até a data do respectivo vencimento; o respectivo bônus incide somente sobre os encargos financeiros calculados.

A movimentação na conta de empréstimos e financiamentos é demonstrado no quadro abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	77.483
Provisões de juros sobre empréstimos e financiamentos	2.340
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.604)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(23.173)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.050
Provisões de juros sobre empréstimos e financiamentos	1.641
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.045)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(39.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

12 Provisões para demandas judiciais

Para casos em que há risco provável de perda, a Administração da Companhia constituiu provisão para contingência trabalhista no montante de R\$ 3 em 2022 (R\$ 3 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, no valor aproximado de R\$ 17 (R\$ 17 em 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2022, subscrito e integralizado no valor de R\$ 387.534 (R\$ 344.034 em 2021) está dividido em 263.195.870 (244.037.300 em 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em dezembro de 2022, houve a alienação total das ações da companhia, sendo a nova composição societária demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Eucalyptus Fundo de Investimento em Participações	-	60.551.258
Brasil Sustentabilidade – Fundo de Investimento em Participações	-	48.645.308
Brutelle Fundo de Investimento em Participações	-	38.043.463
Gesheft Fundo de Investimento em Participações	-	7.391.466
Osmar Elias Zogbi	-	13.491.336
Antonio Elias Zogbi Neto	-	13.491.335
Marcos Zarzur Derani	-	13.491.335
Rubens Elias Zogbi	-	12.025.081
Mário Higino Neves Mello Leonel	-	11.327.716
Ricardo Fleury Cavalcante de Albuquerque Lacerda	-	8.010.760
Cláudio Zarzur	-	3.996.440
Eloisa Zarzur Cury	-	3.996.440
Dora Silvia Zarzur	-	3.996.440
HMV – Fundo de Investimento em Participações	-	2.789.461
SERIMOB – Empreendimentos Imobiliários S/A	-	2.789.461
Riza EOS Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro Imobiliário	193.778.514	-
Terrus S.A.	52.063.017	-
Fundo de Investimento Imobiliário Riza Terrax	17.354.339	-
	<u>263.195.870</u>	<u>244.037.300</u>

b. Aumento de capital

Em 22 de dezembro de 2022, foi aprovado aumento de capital de R\$ 43.500 mediante emissão de 19.158.570 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, integralizadas nessa mesma data em moeda corrente nacional, alterando a participação societária de seus acionistas.

Diante do aumento, o capital social em 31 de dezembro passou a ser de R\$ 387.534, representado por 263.195.870 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal (R\$ 344.034 em 2021 correspondente a 244.037.300 ações ordinárias).

c. Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Em 2022 e 2021 a reserva legal não foi constituída pois a Companhia apurou prejuízo nos exercícios apresentados.

d. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2022 e 2021 não foi distribuído dividendo mínimo, pois a Companhia apurou prejuízo nos exercícios apresentados.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Para a emissão de ações, a Companhia incorreu em custos associados com advogados e assessores. Por se tratar de eventos econômicos não decorrentes das operações recorrentes da Companhia, tais custos foram registrados na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no valor total de R\$ 4.579.

14 Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Venda de eucalipto (i)	-	29.058
(-) Deduções da receita bruta		
Impostos e contribuições incidentes sobre vendas	-	(597)
Receita operacional líquida	<u>-</u>	<u>28.461</u>

- (i) As receitas de venda de produtos são exclusivas, realizadas com o cliente Suzano S.A., e devido a finalização de toda a colheita do primeiro ciclo ainda em 2021, durante o ano de 2022 não houve receita operacional. Também com relação às florestas de segundo ciclo, objeto do Contrato firmado em Mar/2022 com a Suzano S.A., não havia previsão de colheita para o ano de 2022, somente para os próximos anos.

15 Custo dos produtos vendidos

Durante o ano de 2022 a Companhia não obteve receita operacional e consenquentemente não houve apropriação de custos operacionais no ano corrente, em 2021 o valor foi de R\$ 31.230, os quais compreendem custos com mão de obra, transporte, exaustão das florestas e demais custos de manejo dos cultivos.

16 Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e encargos sociais	(4.363)	(3.266)
Imposto territorial rural	(805)	(1.400)
Serviços de terceiros	(2.022)	(869)
Despesas com viagem	(162)	(80)
Cartórios e correios	(246)	(12)
Depreciação e amortização	(88)	(120)
Telefone e internet	(47)	(46)
Funcionamento e manutenção	(59)	(109)
Energia e água	(50)	(52)
Provisão para contingências	-	332
Taxas legais	(1.164)	(285)
Seguros diversos	(172)	(147)
Aluguel de imóvel	(255)	(223)
Locações	(54)	(56)
Outras despesas	(155)	(587)
	<u>(9.642)</u>	<u>(6.920)</u>

17 Outras receitas operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras receitas operacionais		
Ganho ou perda na venda de ativo imobilizado	65	79
Venda de resíduos/locação de pastos/crédito de reposição florestal	2.192	2.113
Outras receitas operacionais	<u>2.257</u>	<u>2.192</u>

18 Despesas financeiras líquidas

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.641)	(2.340)
Despesas bancárias	(460)	(218)
Outras despesas financeiras	(2)	(653)
	(2.103)	(2.698)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.880	1.041
Outras receitas financeiras	6	465
	1.886	1.506
Resultado líquido financeiro	(217)	(1.192)

19 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a Contribuição Social sobre o lucro (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto sobre o lucro, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros da Companhia como segue:

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CLL	(12.522)	(13.869)
Alíquota combinada do IR e CSLL - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	4.257	4.715
Reconciliação para a alíquota efetiva:		
Adições permanentes	(28)	(66)
IR/CSLL diferidos não constituídos relativos a prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias (*)	(4.229)	(4.649)
IR e CSLL no exercício	-	-

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

(*) A Companhia não efetuou o registro contábil do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e as diferenças temporárias em razão de não satisfazer todos os critérios estabelecidos pelo CPC 32 - Tributo sobre o lucro.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos tributários (IR/CSLL) sobre prejuízos fiscais e adições temporárias não ativados no montante de R\$ 4.229 (R\$ 49.933 em 2021). Os créditos acumulados até 31 de dezembro de 2021 foram baixados devido ter ocorrido, cumulativamente, a modificação do quadro societário e a mudança do ramo de atividade.

A tributação das operações de atividade rural é regida pela Lei nº 8.023 de 1990. Esta legislação é específica para pessoas jurídicas que exploram atividades rurais e estabelece que não há o limite de 30% do lucro do período para a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição

social. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

20 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui dois diretores da Companhia. A remuneração paga por serviços prestados por essa Administração, referente a salários e encargos corresponde a R\$ 2.550 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.783 em 2021).

21 Instrumentos financeiros – Classificação e gestão de riscos

a. Instrumentos financeiros por categoria

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31/12/2022							
			Valor justo				
Instrumentos financeiros (ativo)	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	23	23	Custo amortizado	-	23	-	23
Aplicações financeiras	10.087	10.087	Custo amortizado		10.087		10.087
Contas a receber de clientes	-	-	Custo amortizado		-		-
Total	10.110	10.110		-	10.110	-	10.110

31/12/2022							
			Valor justo				
Instrumentos financeiros (passivo)	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fornecedores	182	182	Custo amortizado	-	182	-	182
Adiantamento de clientes	800	800	Custo amortizado	-	800	-	800
Total	982	982		-	982	-	982

31/12/2021							
			Valor justo				
Instrumentos financeiros (ativo)	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	305	305	Custo amortizado	-	305	-	305
Aplicações financeiras	22.829	22.829	Custo amortizado		22.829		22.829
Contas a receber de clientes	10	10	Custo amortizado		10		10
Total	23.144	23.144		-	23.144	-	23.144

31/12/2021							
Instrumentos financeiros (passivo)	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Valor justo			Total
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Fornecedores	198	198	Custo amortizado	-	198	-	198
Empréstimos e financiamentos	42.050	42.050	Custo amortizado	-	42.050	-	42.050
Adiantamento de clientes	430	430	Custo amortizado	-	430	-	430
Total	42.678	42.678		-	42.678	-	42.678

22 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros tais como: risco de taxa de juros de valor justo. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia define os níveis de exposição a ser utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela diretoria executiva.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuam os rendimentos das aplicações financeiras efetuadas, bem como aos empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 95% de seus empréstimos com taxa de juros fixas. Durante 2022 e 2021, os empréstimos da Companhia eram mantidos todos em moeda nacional.

A Administração da Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de revisão das suas posições de aplicações financeiras visando a minimizar o risco de volatilidade dessas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Risco de taxa de juros sobre ativos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Aplicações financeiras	10.087	Redução CDI	13,75%	11.474	10,31%	11.127	6,87%	10.780

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Aplicações financeiras	22.829	Redução CDI	13,25%	25.854	9,94%	25.098	6,63%	24.343

Em relação aos empréstimos, a Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma permanente. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários em instituições financeiras. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha, e uma definição de limite de crédito por instituição financeira. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentado a seguir:

	Nota	2022	2021
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa		23	305
Aplicações financeiras	6	10.087	22.829
Contas a receber de clientes		-	10
Adiantamentos a fornecedores		13	12
		10.123	23.156

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela área Financeira. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites do empréstimo em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde a diferença entre Ativo Circulante e Passivo Circulante, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 8.715 (2021 (R\$ 20.037)).

* * *

Evandro Francisco Richter
Diretor Presidente

Márcio Rogério Mainardes
Diretor de Operações

Kassiene Sousa
Contadora
CRC nº. TO-004442/O